

Os judeus na Península Ibérica durante a Idade Média

ANÁLISE DAS SUAS FONTES

2018

Edição de José Alberto Rodrigues da Silva Tavim,
Lúcia Liba Mucznik, Maria Filomena Lopes de Barros,
Ana Pereira Ferreira e Miguel Andrade

JESA
Muel Braga
p. 24 cm.

OS JUDEUS NA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE A IDADE MÉDIA

AUTORES

José Augusto Ramos, José Hinojosa Montalvo, José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, Lúcia Liba Mucznik, María Gloria de Antonio Rubio, Meritxell Blasco Orellana, Maria José Ferro Tavares, Maria Filomena Lopes de Barros, M^ª Teresa Ortega-Monasterio

DESIGN DE CAPA
FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
PAPELMUNDE

Setembro, 2018
DEPÓSITO LEGAL
445474/18

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).
Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

OS JUDEUS NA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE A IDADE MÉDIA

Os judeus na Península Ibérica durante a Idade Média : análise das suas fontes / José Alberto Rodrigues da Silva Tavim ... [et al.]
ISBN 978-972-40-7585-3

I - TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva

CDU 94(469)"12/14"(042)

ÍNDICE

O HEBRAICO COMO LÍNGUA DOS HEBREUS.	15
<i>José Augusto Ramos</i>	
IMÁGENES PARA LA MEMORIA: LA CULTURA MATERIAL DE LOS JUDÍOS EN LA PENÍNSULA IBÉRICA	37
<i>José Hinojosa Montalvo</i>	
JOIAS DA DOCUMENTAÇÃO JUDAICA MEDIEVAL PORTUGUESA.	65
<i>José Alberto Rodrigues da Silva Tavim / Lúcia Liba Mucznik</i>	
JUDÍOS EN LOS MANUSCRITOS GALLEGOS MEDIEVALES	97
<i>María Gloria de Antonio Rubio</i>	
MANUSCRITOS HEBRAICOS DE LA CORONA DE ARAGÓN (S. XIV-S.XV)	117
<i>Meritxell Blasco Orellana</i>	
O REGISTO DO PATRIMÓNIO JUDAICO. ENTRE A CHANCELARIA DA COMUNA E A CHANCELARIA RÉGIA	141
<i>Maria José Ferro Tavares</i>	
CULTURA TABELIÓNICA E LÍNGUA:A PROPÓSITO DE UMA KETTUBÁ DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA	161
<i>Maria Filomena Lopes de Barros</i>	

— p. : 24 cm. —
JESA
—
muel Braga

JESA
Muel Braga
p. 24 cm.

INTRODUÇÃO

Este livro resulta das comunicações apresentadas no Colóquio Internacional Manuscritos Judaicos Medievais na Península Ibérica, que teve lugar na Casa da Cerca, em Almada, e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 12-13 de Setembro de 2017.

Nas últimas décadas, devido ao incentivo de várias instituições como por exemplo a Rothschild Foundation, tem-se assistido a um acréscimo do interesse pelo tema dos manuscritos judaicos medievais, inclusivamente na Península Ibérica, com assinaláveis resultados ao nível da investigação arquivística e da apresentação dos respectivos resultados. Na verdade, trata-se de uma continuação dos trabalhos de investigação e interpretação empreendidos por autores consagrados sobre o tema, quer em Espanha, quer em Portugal, ao nível das histórias nacionais e locais.

É certo que na Península Ibérica contamos com realidades distintas, quer no que respeita ao espaço geográfico das comunidades judaicas e suas idiossincrasias, quer ao nível dos documentos ao dispor (que resistiram ao tempo), de região para região: quantitativos, diferente tipologia documental, alfabetos e línguas em que estão redigidos. Para abarcar toda esta diversidade documental partimos do pressuposto de considerar “manuscritos judaicos medievais” toda a documentação manuscrita medieval produzida ou co-produzida pelos judeus – assinando ou não estes os documentos, mas de qualquer forma estando presentes no acto jurídico (ou outro) que lhes diz respeito (é este o caso mais comum em Portugal) – escrita em caracteres hebraicos, árabicos ou latinos, e em Hebraico ou nas diversas línguas peninsulares.

O objectivo fundamental do Colóquio Internacional Manuscritos Judaicos Medievais na Península Ibérica foi dar a conhecer esta diversidade apurada na investigação dos manuscritos medievais judaicos, e partilhar conhecimentos, conclusões, metodologias de análise e perspectivas de trabalhos futuros. A publicação dos resultados daquele encontro assinala também a parte final do desenvolvimento do projecto “Portuguese Jewish Sources in Mediaeval Times”, subsidiado pela Rothschild Foundation – fundação que também suportou substancialmente o Colóquio Internacional Manuscritos Judaicos Medievais na Península Ibérica – tendo como instituição de acolhimento o CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora).

Embora esta obra abarque, por motivos vários, apenas uma parcela das comunicações apresentadas, espelha a título exemplificativo o estado da questão.

Numa obra consagrada às *Fontes para o estudo da presença dos judeus na Península Ibérica durante a Idade Média*, um texto de carácter introdutório relativo aos condicionalismos históricos da Língua Hebraica é essencial, pois trata-se da Língua Sagrada dos Judeus (*Lashon ha’Kodesh*), não obstante estes utilizarem no seu quotidiano e na escrita as línguas vernáculas, redigidas em caracteres latinos ou hebraicos. Este texto está a cargo do professor José Augusto Ramos, que revela a consideração pelo Hebraico face a outras línguas sobretudo pelo Judaísmo rabínico, tendo como resultado uma relação intrínseca entre Judaísmo e sua expressão naquela língua, por contraponto identitário a outras constelações monoteístas exteriores, veiculadas em outras línguas culturais, como o Grego ou o Latim, e também em línguas vernáculas. Tal explica certamente, na Península Ibérica tal como em outras áreas do universo onde os judeus se dispersaram, que a alfabetização dos homens fosse praticamente plena, dependendo apenas das suas capacidades na caligrafia, entre outras: o conhecimento dos caracteres hebraicos e da sua fonética eram imprescindíveis para a ritualística judaica que marca a vida do indivíduo, desde a cerimónia de *bar-mitzvah*, funcionando ao mesmo tempo como um vector fundamental da sua identidade.

Embora este livro trate sobretudo de fontes escritas, um texto imprescindível sobre as fontes materiais é também necessário, estando a cargo do professor José Hinojosa Montalvo. Na verdade, trata-se de um conjunto amplo e diversificado de fontes, que vão do que resta dos espaços habitados – as chamadas judiarias (em Português), juderías ou aljamas (em Castelhana), e seus equipamentos como a famosa sinagoga ou o *mikveh* (área para os banhos ritualísticos purificadores) –, às habitações, aos vestígios epigráficos – sobretudo de carácter funerário –, aos utensílios e até aos trajes e ornamentos que os seus habitantes envergavam, e também às peças rituais e aos próprios manuscritos ou impressos considerados na sua dimensão material. Embora, como o autor considera, devido à incúria dos tempos e à aniquilação dos agrupamentos judaicos, se verificasse uma destruição significativa deste património, aquilo que resta permite, contudo, colmatar ou enriquecer a informação obtida nos manuscritos.

Passamos para a parte mais considerável deste volume: as fontes manuscritas e suas vertentes informativas.

O texto de José Alberto Tavim e Lúcia Liba Mucznik tenta dar uma amostragem da diversidade da documentação judaica portuguesa, no contexto da actividade de pesquisa arquivística empreendida no âmbito do projecto mencionado acima. A selecção dos documentos apresentados tem em conta não a vertente estética dos mesmos mas a especificidade significativa do seu conteúdo, tendo em consideração que muita documentação não sobreviveu ao cataclismo da expulsão dos judeus de Portugal, em 1496. Esta apresentação distribuiu a documentação por secções temáticas, elegendo um documento significativamente representativo e colocando-o em perspectiva com outros do mesmo teor, mas separados no tempo ou no espaço; ou então privilegiando a singularidade de outros. Começa-se por alertar o leitor sobre a importância da documentação que revela o investimento dos judeus, pobres e ricos, no sector agrícola. Informa-se sobre a existência de um pergaminho de Bragança revelador de fricções dentro da sua comunidade judaica. Dá-se notícia sobre os documentos de tutoria dos órfãos judeus até agora apurados. Demonstra-se que os espaços das judiarias portuguesas não eram tão herméticos como se pode pressupor, visto haver notícia de cristãos habitando ou tendo bens imóveis dentro das judiarias, assim como de judeus habitando fora destas. Informa-se sobre a existência de documentação em Torre de Moncorvo,

que revela a acção e poder (em nome do rei) dos arrendatários da cobrança local dos impostos. Noticia-se um caso do Porto, em que judeus ausentes se fizeram representar pelos seus procuradores, e ainda como os judeus se podiam deslocar até Lisboa, quando não concordavam com a acção dos rabinos das suas localidades. Salienta-se um documento de Braga, revelador de como os judeus podiam ser designados como juizes, até perante querelas de entidades cristãs. E termina-se com a questão concreta do Hebraico, para salientar a raridade da documentação medieval que sobreviveu nesta língua, e realçar a existência de fontes escritas em caracteres hebraicos mas em Língua Portuguesa, assim como o significado social e religioso da insistência de alguns judeus em continuarem a assinar os seus nomes em Hebraico.

Na sequência da abordagem da documentação regional passa-se para o caso da vizinha Galiza, com amplas relações com o reino de Portugal, também ao nível da presença judaica. O texto sobre os judeus nos manuscritos galegos medievais está a cargo de María Gloria de Antonio Rubio. Após referência aos arquivos onde se encontra a documentação medieval sobre os judeus galegos, e alertar que a sua maioria procede das entidades cristãs – excepto a referência a uma carta de dote escrita em Hebraico, assim como a bíblia Kennicott – a autora explicita que o objectivo do seu artigo é revelar como são mencionados os judeus nas fontes documentais galegas. Após uma menção aos referidos documentos escritos em Hebraico, trata as fontes cristãs, dividindo-as entre aquelas em que o judeu é o outorgante, e as mais abundantes, ou seja, aquelas em os judeus são mencionados em terceira pessoa, embora sejam os protagonistas do acto – fenómeno que apresenta grandes semelhanças com o caso português. Nesta última divisão, considera ainda várias categorias: documentos em que os judeus são mencionados pelas autoridades judaicas; e aqueles em que eles são anotados pelas equivalentes cristãs. Ainda nesta categoria, subdivide a documentação entre aquela gerada pelos concelhos, a outra gerada pelos notários, e ainda uma outra com origem no Registro General del Sello (documentação régia). María Gloria de Antonio Rubio termina o seu artigo salientando a rarefacção da documentação sobre os judeus galegos, se comparada com aquelas referentes a Castela e a outros reinos peninsulares.

Meritxell Blasco Orellana cinge-se aos manuscritos hebraicos, quer dizer em caracteres hebraicos mas redigidos nas línguas romances da Coroa de

Aragão, devido ao excepcional volume, ali, desta documentação, se comparado com os núcleos dos outros reinos ou províncias ibéricas. A autora propõe-se dar a conhecer as características linguísticas e temáticas mais importantes dos manuscritos hebraicos redigidos no âmbito geográfico daquela Coroa, noticiando que entre aqueles se encontram ketubot, peças de halakah, poesia, tratados médico-farmacológicos, exercícios caligráficos, pinqasim, testamentos e outros géneros de documentos, escritos pelos sofrerim, por rabinos e por particulares, e elucidativos da vida interna destas comunidades. Para revelar na plenitude a poliglotia dos judeus da Coroa de Aragão, Meritxell Blasco Orellana organizou o artigo por âmbitos linguísticos: primeiro apresenta os documentos em língua catalã; e depois aqueles em língua aragonesa. No primeiro âmbito explora a título exemplificativo documentos dos arquivos Histórico e Municipal de Gerona, assim como da “Corona de Aragón”. No segundo âmbito apresenta documentação do “Archivo de la Diputación de Zaragoza” e do “Archivo Histórico de Protocolos de Tarazona”, assim como do “Archivo Histórico de Protocolos de Zaragoza”.

Terminamos este volume com três artigos de enfoque mais particular.

O primeiro destes artigos pertence à professora Maria José Pimenta Ferro Tavares e centra-se na questão do registo do património judaico português, entre a Chancelaria da Comuna e a Chancelaria Régia, partindo do único documento até agora encontrado, emanado pela Chancelaria da Comuna dos judeus de Lisboa, mas que se encontra à guarda do Arquivo Histórico Municipal de Almada. A autora tece considerações acerca da existência dos judeus em Almada, salientando o pequeno número de informações sobre eles, e em seguida explora a questão dos documentos legais emitidos pelas comunas judaicas, como o pergaminho em causa, demonstrando que este espelhava a posição de sujeição dos seus autores, visto que é patente neste documento que a datação é da Era de Cristo e não da origem do mundo, segundo as concepções judaicas. E é assim também, como demonstra a autora, que se à comuna, reunida em vereação, competia aforar as casas da judiaria, os documentos deviam depois ser exarados na Chancelaria Régia. A professora Maria José Pimenta Ferro Tavares parte em seguida para a análise específica do documento à guarda do Arquivo Histórico Municipal de Almada, alertando contudo que os outros documentos da Comuna de Lisboa se encontram copiados na Chancelaria Régia. Termina a sua intervenção com a análise das pessoas

mencionadas no documento e que faziam parte da vereação, pertencendo à elite judaica do reino: os percursos das suas famílias e dos próprios, no âmbito das suas actividades económicas e sociais. Trata-se, como refere a autora, de uma oligarquia de mercadores, rendeiros e tratadores das moradias do rei.

Maria Filomena Lopes de Barros envereda por um estudo similar mas em torno da kettubá à guarda da Biblioteca Pública de Évora embora, tal como no caso do documento de Almada, esta respeite à comuna judaica de Lisboa. Também tal como no caso do pergaminho de Almada, a ketubbá de Évora mostra a sujeição dos judeus às práticas normativas do reino: se bem que aí seja dada a equivalência entre a era cristã -1483 – e a era dos judeus – 5243 – o facto de estar redigida em Português e não em Aramaico-Hebraico como era prática comum, remete a comunidade judaica portuguesa – como salienta a autora – para uma cultura notarial comum ao reino, subvertendo assim a própria expressão identitária dos judeus, em Hebraico. Esta política régia de homogeneização cultural e política possibilitaria assim o controlo dos actos escritos dos notários da minoria judaica. Maria Filomena Barros parte em seguida para a análise do documento, começando por salientar outra singularidade do mesmo: a descrição primeira do ritual de qiddushin, que não é comum nestes documentos. Considera depois que a kettubá em causa enforma uma articulação entre o direito comum do reino e o minhag da comuna de Lisboa, e que a tradução para Português de alguns termos técnicos em Hebraico mostra uma interiorização desta língua, assim como a inserção dos tabeliães judeus na estrutura comum ao notariado do reino. Depois de uma comparação com um documento similar pertencendo à outra minoria religiosa do reino – a muçulmana – passa a uma reflexão sobre a relação entre tabelionado e língua, em que conclui que no século XV passa a ser tarefa do tabelião judeu traduzir do Hebraico e adaptar ao protocolo notarial do reino os formulários de produção interna. De todas as formas, a autora concluiu o seu artigo salientando uma continuidade no uso competitivo das duas escritas que, no que respeita ao tabelionado, se revela complementar, no caso em que os tabeliães judeus utilizam no mesmo sinal tabeliônico um nome escrito em caracteres latinos e o outro em caracteres hebraicos – o que aliás é visível também em outra documentação sem este carácter.

Este livro termina com um estudo de María Teresa Ortega Monasterio sobre decorações em micrografia das masoras, ou anotações escritas nas margens

dos fólhos e entre as colunas do texto bíblico, das Bíblias do fim da Idade Média, de origem peninsular. A autora adopta a perspectiva da representação, revelando temas e motivos, e destacando a Bíblia da Catedral de Pamplona, com seus inusuais motivos zoomórficos e seu significado metafórico.

Portanto, o que pretendemos com este livro é uma amostragem da documentação judaica medieval da Península Ibérica – não uma obra exaustiva ou de carácter generalista. Sob a actividade árdua da investigação, a documentação judaica resistente, não obstante as contingências das cronologias e das idiosincrasias dos países ou regiões onde aquela se distribuiu, revela de forma mais ou menos clara parcelas da vida dos judeus que levaram à sua produção no período medieval. É verdade, como afirmou o desaparecido Helliott Horowitz, que devemos ter algum cuidado em interpretar os documentos que restam, pois são sempre representações estáticas – e por vezes estéticas – de vidas que já não existem¹. Contudo, quando se assiste a uma falta de rigor sobre os traços da vida judaica em Portugal na Idade Média, inventando-se símbolos e marcas que nada têm a ver com identidade judaica², e suspeitando-se que aqueles são os marcos necessários e imprescindíveis para perscrutar no passado a presença judaica num determinado local³, nunca é demais lembrar que a História se faz com documentos – logicamente com os documentos resistentes – como já recordava o célebre Marc Bloch⁴ – e que mesmo sendo escassos, estes, a par das mais obtusas fontes materiais, são reveladores de particularidades inimagináveis, sobretudo para os próprios turistas a que tantas entidades “apressadas” tentam recorrer.

¹ Elliot Horowitz, “The Way We Were: Jewish Life in the Middle Ages, in *Jewish History*, vol. 1, nº 1, 1986, pp. 75-90.

² Vide *Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos de España*, ed. Javier Castaño, Córdoba, Ediciones El Almendro, 2014 – no que respeita a Portugal o artigo de Maria José Ferro Tavares, “A presença judaica em Portugal: o confronto dos vestígios materiais com a documentação escrita”, pp. 221-283.

³ Veja-se o caso das casas judaicas medievais sem *mezuzot* nas ombreiras das portas, documentado por Eliot Horowitz, *art. cit.*, pp. 77-78.

⁴ Marc Bloch, *Introdução à História*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1976 (livro publicado originalmente em Francês com o título *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, em 1949).

Resta-nos agradecer agora às entidades e pessoas que contribuíram para a organização do Colóquio Internacional Manuscritos Judaicos Medievais na Península Ibérica, e deste livro, que tem origem naquele.

Em primeiro lugar devemos mencionar as entidades. Cabe-nos agradecer o generoso apoio da Rothschild Foundation Hanadiv Europe. Sem o seu apoio, através do projecto “Portuguese Jewish Sources in Mediaeval Times”, com sede em CIDEHUS, Universidade de Évora, estas actividades não seriam possíveis. Nesta linha de sequência, cabe-nos também um agradecimento especial ao próprio Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora. A Câmara Municipal de Almada e o Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa foram os anfitriões do colóquio que originou esta publicação.

Entre as pessoas que fomos envolvendo neste processo destaco o trabalho muito profissional da Dra. Carla Malheiro e do Dr. Ivo Santos, do CIDEHUS, e dos Drs. Ana Pereira Ferreira e Miguel Andrade, do Centro de História. Na Câmara Municipal de Almada queria realçar o interesse e apoio incondicional da senhora directora do Arquivo Histórico Municipal de Almada, Dra. Otilia Rosado, e do técnico Dr. Paulo Reis, da mesma instituição. Devo ainda uma palavra de apreço à senhora Dra. Fernanda Figueiredo, Chefe de Divisão de Arquivo e Bibliotecas da Câmara Municipal de Almada, e um agradecimento carinhoso ao senhor Dr. Alexandre Flores, antigo director do mesmo arquivo.

Costuma dizer-se que os últimos são os primeiros. Por isso, a nossa última palavra de apreço é dirigida aos colegas que aceitaram o nosso repto para apresentarem as suas contribuições no Colóquio Internacional Manuscritos Judaicos Medievais na Península Ibérica, e também na obra que agora é dada à estampa.

Os editores

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, Centro de História, FLUL, Lisboa
 Lúcia Liba Mucznik, Biblioteca Nacional de Portugal
 Maria Filomena Lopes de Barros, CIDEHUS, Universidade de Évora
 Ana Pereira Ferreira, Centro de História, FLUL, Lisboa
 Miguel Andrade, Centro de História, FLUL, Lisboa

O HEBRAICO COMO LÍNGUA DOS HEBREUS

JOSÉ AUGUSTO RAMOS

CH-ULisboa

Apesar de uma aparentemente estranha tautologia no título, o intuito que realmente motiva este texto é focar alguns níveis importantes de significado histórico, particularmente representados pela língua hebraica e disseminados ao longo dos mais de quatro mil anos de história que esta língua já apresenta¹. Pretende-se com isto despoletar algumas questões culturais significativas em momentos fulcrais desta longa história. Os momentos mais importantes das semânticas aqui pertinentes distribuem-se, com significado marcante, pelos quatro mil anos acessíveis da sua história.

O escritor Amós Oz e a sua filha historiadora, Fania Oz-Salzberger, escreveram uma obra de recente sucesso, *Jews and words*², onde sublinham a perenidade de uma herança pertinente, representada por palavras de uso corrente que são marcos nucleares na memória dos judeus. Por razões epistemológicas

¹ Este período de quatro mil anos cobre apenas o tempo em que podemos acompanhar as várias fases de escrita que a língua conheceu, desde o tempo do Império Médio egípcio e dos textos proto-sinaíticos, com os quais se exprimiram alguns trabalhadores originários de Canaã, recrutados pelos egípcios para o trabalho de extração de minério no sul da península do Sinai. Para trás disso, ficaram longos milénios de evolução, onde se inclui a sua modulação como língua integrante do bloco afro-asiático ou camito-semita, de parentesco evidente com o próprio egípcio faraónico.

² Amos Oz, Fania Oz-Salzberger, *Jews and words*, Yale, Yalebooks, 2014.